

## Resolvendo o problema de como tratar o dia 13 de maio nas escolas

HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR\*

**Resumo:** O artigo é resultado de análise das experiências da comemoração do dia 13 de maio nas escolas. Engloba os posicionamentos favoráveis e desfavoráveis a comemoração e propõe um caminho para tratamento do tema. O caminho encontrado é trabalhar os conteúdos em seis partes denominados como episódios sobre o dia 13 de maio. Parte da premissa que a data sintetiza longos processos históricos e que fecharam um ciclo histórico de luta pela liberdade sem, contudo, resolver os problemas das desigualdades impostas à população negra. Uma das conclusões importante do artigo é que a forma de tratar os conteúdos apresentados nas escolas no dia 13 de maio contém uma importância significativa na formação das identidades positivas das alunas e alunos negros.

**Palavras-chave:** 13 de maio na escola; Conteúdos educacionais; População negra; História da população negra; Identidades negras.

### Solving the problem of how to treat the may 13th school celebration

**Abstract:** The paper is the result of an analysis of the experiences of the celebration of May 13 in schools. It encompasses the favorable and unfavorable positions of the celebration and proposes a way to deal with the theme. The path found is to work the contents in six parts called episodes on May 13th. It starts from the premise that the date synthesizes long historical processes and that closed a historical cycle of struggle for freedom without, however, solving the problems of inequalities imposed on the black population. One of the important conclusions of the article is that the way of dealing with the content presented in schools on May 13th has a significant importance in the formation of the positive identities of black students.

**Key words:** Celebration of May 13 at school; Educational content; Black population; History of the black population; Black identities.

### Resolviendo el problema de cómo tratar la celebración escolar del 13 de mayo

**Resumen:** El artículo es el resultado de un análisis de las experiencias de la celebración del 13 de mayo en las escuelas. Abarca las posiciones favorables y desfavorables de la celebración y propone una forma de abordar el tema. El camino encontrado es trabajar los contenidos en seis partes llamadas episodios el 13 de mayo. Se parte de la premisa de que la fecha sintetiza largos procesos históricos y que cerró un ciclo histórico de lucha por la libertad sin resolver, sin embargo, los problemas de desigualdades impuestas a la población negra. Una de las conclusiones importantes del artículo es que la forma de tratar el contenido presentado en las escuelas el 13 de mayo tiene una importancia significativa en la formación de las identidades positivas de los estudiantes negros.

**Palabras clave:** celebración del 13 de mayo en la escuela; Contenido educativo; Población negra; Historia de la población negra; Identidades negras.



\* HENRIQUE ANTUNES CUNHA JUNIOR é Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Membro do Instituto de Pesquisa da Afrodescendência – IPAD.

### **Elaborando uma visão sobre as narrativas da data do dia 13 de maio de 1888**

Sempre que se aproxima o mês de maio várias interrogações são suscitadas no sistema escolar do que fazer, como fazer e por que fazer relativo às narrativas sobre a data do dia 13 de maio de 1888. Como explicar o que aconteceu na história passada, como explicar o que acontece com a população negra na história presente e como conduzir de forma a produzir justiça histórica com a população negra e superar os traumas da população relativos à supracitada data? Sim, existe um trauma, que por vezes torna esse tema um tabu ou pelo menos incômodo nas redes escolares.

A gênese da nação brasileira é difícil de ser explicitada, visto que populações africanas, europeias e indígenas constituíram um povo, um país, sem, contudo, a nação contemplar e contentar a todos, sem reconhecer e praticar a cidadania e igualdade democrática para todas e todos. A “dominação genética” é propriedade e autoridade da parcela da população branca, que não abdica de absolutamente nada, nem mesmo de uma narrativa justa da história. Essa “dominação genética” é um dos graves problemas que permanece nos genes da formação brasileira. Que não reconhece os direitos e necessidades da maioria da população, além de que essa propriedade usurária não é declarada como tal e muito menos admitida dessa forma, tanto que as narrativas da história são de negação da realidade passada e presente. Assim as reparações da história não foram realizadas e existe um grande desconforto e problemas ao apresentar a data nacional do dia 13 de maio.

O dia 13 de maio já foi feriado nacional e era comemorado como a abolição gloriosa e glamorosa da escravatura no

Brasil. Os quadros apresentados eram de negros nus quebrando as correntes, as frases eram de “o negro tinha sido escravo e pela graça do 13 de maio e da princesa Isabel, agora são livres”. Discurso que humilhava os descendentes de negros nas escolas e que não fazia justiça à real história. Humilhava pois o escravismo criminoso roubou a dignidade humana da população negra. Fomos considerados coisas e como coisas permanecemos nas comemorações passadas do 13 de maio.

O problema da comemoração do dia 13 de maio foi lançado pelos movimentos negro das décadas de 1960 e 1970. A interrogação era sobre qual o sentido da comemoração se objetivamente a situação da população negra não tinha melhorado desde 1888 até o presente. Permanecia a ausência de direitos efetivos e de políticas públicas reparadoras do passado de três séculos de exploração humana e de acumulação de capitais pelo setor da população branca escravista. Os questionamentos levaram a não comemoração do dia 13 de maio, que também encobria as lutas contra o sistema escravista realizada pela população negra.

Necessário se faz superar a ideia simplista de que o negro foi escravo e foi libertado no dia 13 de maio e tudo se resolveu na sociedade brasileira. Essa forma não resgata a dignidade humana da população porque não explicita a história em sua complexidade e realidade. Na forma que normalmente é colocada os alunos brancos entendem existir uma superioridade racial histórica e fazem uso dessa, muitas são as narrativas de anedotas e achincalhamentos sofridos pelos alunos negros após as aulas de comemoração do 13 de maio. Muitos alunos negros se negam a participar das comemorações. Existem escolas que fazem teatros

completamente equivocados onde aparecem os negros apanhando e os brancos batendo, literalmente dessa forma, com os negros encenando os escravizados e os brancos os escravizadores. O que psicologicamente afeta de maneira significativa a autoestima positiva da população negra.

A simplificação relativa à luta da classe operária é que superado o capitalismo, com a revolução socialista não existiria desigualdade de raças e classe e o problema estaria resolvido. Esse é um discurso bastante praticado, entretanto inócuo, pois a realidade dos alunos carece de respostas atuais, pois esses vivem as consequências do racismo antinegro que remete ao escravismo criminoso. A data de 13 de maio simboliza a possibilidade de discussão e elucidações sobre a história nacional. Uma das dificuldades do discurso de classes universalistas é que as relações entre populações negras e brancas não foram discutidas nos textos europeus básicos e ficam sem tratamento específico na realidade brasileira. Paira sobre o discurso classista ainda a visão retrógrada de Caio Prado Junior de que “o negro” na história do Brasil apenas contribuiu como força de trabalho, mas não como intelecto revolucionário.

O escravismo foi um crime contra a humanidade e uma exploração gananciosa sobre o trabalho da população negra. Sendo que a população negra colonizou o Brasil, transferiram do continente africano conhecimentos, tecnologias e trabalho que produziu a sociedade brasileira, essa é uma síntese de um período da história. O problema é como converter estes fatos numa narrativa explicativa do movimento histórico que tem como ápice o dia 13 de maio de 1888 e transformar isso numa verdade histórica que restaure a dignidade humana da população negra.

O que normalmente as instituições escolares passam são formas de não enfrentar os problemas e deixá-los encobertos, de forma que acabam se eximindo da função educativa de esclarecer e orientar a reflexão no sentido da cidadania e da dignidade humana. Muitos educadores adotam a posição de que mexer nas feridas somente piora a situação, então o melhor é esquecer. Embora vários outros educadores gostariam de dar uma resposta informada sobre a data mas se sentem despreparados em termos de formação e solicitam dos órgãos competentes formação que raramente ocorre e quando ocorre não é realizada a contento e nem por pessoas realmente com formação específica para tal ou seja a informação veiculada é precária, insatisfatória.

Posicionamentos de parte dos integrantes do movimento negro é que a data não é para ser comemorada, embora reconheçam a existência da vitória dos movimentos abolicionistas e do parlamento brasileiro em promoverem do ponto de vista legal a ruptura entre o escravismo e o trabalho denominado como livre.

A proposição deste artigo é articular nas apresentações da data do dia 13 de maio uma narrativa em seis episódios. O primeiro episódio explicando as condições e a história de como foi criado o sistema de escravismo criminoso com base na população africana, no período das invasões europeias na América e no continente africano, desde o século 13 ao 16. No segundo episódio tratar sobre o trabalho dos africanos, mostrando que a população negra transferiu riqueza para a sociedade brasileira. E que a riqueza transferida foi criminosamente apropriada pela população branca. Terceiro episódio, a luta constante da

população negra contra o sistema de diversas formas. Quarto episódio, as lutas pela abolição e realização da abolição de forma injusta, sem acertos sobre as dívidas acumuladas do passado, sem as políticas públicas em favor da população negra, uma abolição que contrariou o projeto proposto pelo advogado negro e ex-escravizado Luiz Gama. O quinto episódio mostrando que a abolição incompleta resultou numa sociedade de imensas desigualdades sociais. E o sexto episódio, o da constituição dos movimentos negros como forma de lutar pela reparação das desigualdades sociais.

Esse artigo tem como finalidade ampliar as propostas e visões sobre este problema específico das narrativas sobre a data do dia 13 de maio nas escolas.

### **Episódio primeiro: como começou a escravização de africanos para a produção no Brasil**

Sempre se faz necessário compreender que os grandes movimentos da história são consequência de múltiplos fatores e de condições diversas. Para iniciar este episódio é preciso sabermos que estamos falando de movimentos que ocorreram entre os séculos 12 e 15 e que antes do século 16 o continente africano era mais desenvolvido que a Europa. Entre os séculos quinto e décimo, durante a idade média a Europa passou por um período de extremo atraso, período que a história europeia chama das trevas. Depois do século 11 a Europa retomou o crescimento econômico, mas somente depois do século 16 que ela se torna mais desenvolvida que a África. Sendo que durante a idade média parte da Europa foi colônia do império africano dos Al Morovitas, os denominados mouros, que introduziram as ciências novas, química, matemática e medicina na Europa. Ainda durante a idade média os

europeus comercializavam europeus como escravos, sendo a França e Itália local de comércio de nórdicos eslavos como escravos. Existia um comércio de escravos europeus que se ampliava com a expansão dos países europeus. Após o século 13, os turcos começaram a participar do comércio europeu de escravos; esses comercializavam pessoas aprisionadas na Ásia e na África, depreende-se então que são os turcos que introduziram os africanos como populações aprisionadas e comercializadas na Europa.

Também neste período houve forte oposição entre Islâmicos e Cristãos em torno do mediterrâneo, envolvendo parte da África, Ásia e Europa, nas denominadas guerras santas. Parte dos islâmicos era asiática e outra parte africana, em relação aos cristãos havia uma parcela europeia e outra africana. Os primeiros grandes estados cristãos foram da África, com destaque para a Etiópia e o Egito. Entre os cristãos existiu a divisão da igreja cristã católica, europeia e a igreja cristã ortodoxa, parte dela africana, parte asiática e parte europeia. As guerras entre Islâmicos e Cristãos se caracterizaram como uma guerra entre Africanos e Europeus, dessa guerra nasceu uma das determinações da igreja católica europeia que autorizou a escravização dos não cristãos, consequentemente, de africanos. Mesmo judeus podiam ser escravizados por não serem cristãos, tanto que parte deles se converteram em novos cristãos. Os reinos cristãos passaram a ter direitos perante a igreja católica, que inclusive permitia escravizar os povos não cristãos que fossem aprisionados em guerras.

Nos séculos 13 e 14 a Europa passou por um desenvolvimento maior e conseguiu a expulsão dos africanos da península ibérica e iniciou a procura de

domínio de regiões africanas do Atlântico. Ao mesmo tempo os turcos invadiam parte do norte e leste africano e enfraqueceram a economia de uma parcela da África e do grande comércio que existia através do Saara. Nesse processo é que os turcos do grande Império Otomano impuseram o escravismo aos africanos, seguidos pelos europeus. Desses conflitos internacionais, envolvendo África, Ásia e Europa é que se inicia o comércio de pessoas africanas na Europa. A partir do século 16 os europeus invadiram e dominaram as Américas e passaram a produzir economias nas Américas com trabalhadores africanos que detinham conhecimentos sobre a agricultura e pecuária em regiões tropicais. Também conheciam e dominavam a produção de ouro no continente africano, daí serem trazidos para o trabalho escravo na produção de ouro do Brasil. Os africanos que vieram para serem escravizados no Brasil não atuavam apenas trabalho braçal, visto serem conhecedores de formas de produção, também nesse quesito foram explorados pelos escravizadores europeus. A escravização de africanos não foi determinada pelo atraso civilizatório ou por razões de menor desenvolvimento cultural ou científico, foi por razões de maior poder militar dos europeus sobre regiões africanas. Também não foi simples e fácil a penetração dos europeus no continente africano, houve muitas guerras e ampla resistência por parte dos africanos, os europeus lutaram durante 400 anos para dominarem a África (CUNHA JUNIOR, 2007). Os negros não se deixaram escravizar de forma fácil e simples como faz parecer as narrativas contidas na história brasileira. Os eventos políticos e econômicos que começaram em 1400, com marinheiros portugueses fazendo ataques a regiões da África Ocidental

(FABIAN, 2000), somente se concluíram em 1884 como o tratado de Berlin que dividiu o continente africano entre as potências europeias. Somente após esse período, os europeus tiveram quase que o domínio total sobre o continente africano e desenvolveram muitas guerras denominadas de colonização europeia.

Os crimes não são justificáveis, portanto não há em hipótese alguma como justificar o escravismo criminoso sofrido pelos africanos no Brasil. Mas existem historiadores eurocêntricos tentando retirar a culpa dos europeus pelos crimes cometidos contra a humanidade. A história tem debates difíceis que funcionam como tendências ideológicas da sociedade, as verdades não são tão verdadeiras e às vezes dependem de campos políticos de interpretação.

Através da discussão apresentada comprova-se que o escravismo não foi devido a inferioridade intelectual ou cultural dos Africanos, tese difundida através das entrelinhas do livro perverso com a população negra que é o “Casa grande e senzala”. Obra que mesmo condenada por muitos da população, ainda é adotada nas universidades brasileira como um texto importante.

Superada a justificativa da inferioridade, atualmente aparecem grupos dizendo que o africano é que vendeu os africanos, que europeus apenas estavam nos portos comprando os africanos que os próprios africanos vendiam. E mesmo que assim fosse os europeus são responsáveis pelo sistema, porque compraram, exploraram e enriqueceram com isso. Quem comprou foi tão irresponsável quanto quem vendeu. Se fosse tal como estão fazendo pensar, porque de tantos exércitos europeus dentro do continente africano? Porque de tantas guerras de europeus contra

africanos? Os europeus construíram mais de uma centena de fortes no continente africano, por que seria? Os europeus destruíram mais de 100 cidades africanas e aprisionaram toda a população, por que? Se tais atrocidades não tivessem existido então estaria validado o modelo de que europeus ficaram apenas nos portos comprando os africanos. Mesmo que em alguns períodos tenha existido a colaboração de reinos africanos duas evidências são históricas, a primeira é que o europeu produziu o subdesenvolvimento do continente africano (RODNEY, 1974), e a segunda é que a Europa se tornou rica e poderosa através do escravismo nas Américas e pelos sistemas de invasão no continente africano. Não foram os africanos mentores e nem beneficiários do sistema de escravismo criminoso, portanto a responsabilidade histórica e moral é dos europeus.

### **Segundo episódio: a colonização do Brasil feita por africanos.**

Em 1918, no Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, o intelectual, artista e líder sindical negro Manoel Querino apresentou um artigo onde propunha considerar que o verdadeiro colonizador do Brasil foi o Africano. Esse intelectual analisando a cultura e costumes brasileiros destacou a grande importância da cultura transferida da África para o Brasil, visto que o colono Africano foi durante séculos responsáveis pelas transformações do Brasil (QUERINO, 1918). Manoel Querino foi artífice de madeira, pintor, desenhista e professor de artes e ofícios. Parte das profissões que hoje são denominadas como Designer ou Arquitetura de Interiores.

Colonizar é uma palavra com vários sentidos, pode ser habitar e transformar, produzir e modificar, produzir uma nova cultura em um lugar. Também pode ser

invadir e dominar. Vamos tomar o primeiro sentido de quando uma população se transfere para um lugar e através da sua cultura, conhecimentos e trabalho modifica o referido local. Podemos dizer que essa população colonizou aquele espaço, produziu a transformação econômica daquele lugar. A partir desse olhar, a população africana colonizou o Brasil visto que as imigrações forçadas produziram a transformação das terras brasileiras em fazendas de cana de açúcar e de pecuária bovina. Essa transformação foi realizada pela transferência de técnicas africanas e de trabalhadores africanos, mesmo que na situação adversa de escravizados. Quase tudo que foi construído e produzido relativo à economia do Brasil durante o período denominado pela história como Brasil colônia e Brasil império foi produzido por africanos e descendentes de africanos. A cultura brasileira foi produzida em grande parte com base nas culturas africanas. A flora e a fauna brasileira foram modificadas pela introdução de plantas e animais trazidos do continente africano.

O continente africano foi durante milênios produtor de culturas importantes e realizador de transformações significativas na história da humanidade. Na antiguidade clássica, período antes da era cristã, as civilizações do Egito, da Núbia e da Etiópia se destacaram como as mais importantes da humanidade. Desenvolveram escritas, matemática, filosofia, artes, construções e ciência. Esse passado cultural foi transferido e disseminando em todo o continente africano. As tecnologias do ferro, da mineração, da construção, da agricultura, da pecuária, da tecelagem, da náutica e astronomia foram realizadas em todas as nações e povos do continente africano. A organização do comércio local e internacional de

grandes reinos e sistemas de governo se desenvolveu em todos os cantos do continente africano, havia uma grande variedade de formas de organização da economia. O domínio da hidráulica e de irrigação foi um dos grandes feitos da cultura africana, o deserto do Saara se tornou habitável em Oásis produzidos artificialmente pelas populações de viajantes. Muitas das formas de fazer tecido de linho, algodão e fibras vegetais como a do coco são invenções africanas. O passado africano, antes de 1500 era de grande desenvolvimento cultural e econômico e parte desses conhecimentos adquiridos ao longo da história foram transferidos para o Brasil e viabilizou para os portugueses, a colonização do país (CUNHA JUNIOR, 2010). Informações que podemos encontrar tanto no Museu Afro Brasil de São Paulo, como no livro de Henrique Cunha Junior, as tecnologias africanas utilizadas na formação do Brasil.

Esse episódio mostra que através do trabalho dos africanos a população negra transferiu riquezas, conhecimentos e cultura para a sociedade brasileira. E que a riqueza transferida foi criminosamente apropriada pela população branca, visto que a cultura e os conhecimentos africanos foram desconsiderados e discriminados pela cultura brasileira de elite europeia. Devido ao racismo antinegro e as formas de dominação, a população brasileira desconhece completamente a importância da população negra na edificação do Brasil.

### **Episódio terceiro: do dia 13 de maio**

As frases precisam ser bastante precisas em narrativas históricas, como por exemplo a oração, “O negro foi escravo”, é uma afirmativa inconsequente e errada e muitas vezes é proferida nas aulas sobre o dia 13 de maio. Trata-se de uma generalidade

muito extensa e danosa para a compreensão das pessoas e para as relações sociais, visto que existe um estereótipo de escravo, como um ser nu, apanhando e impotente. Conveniente seria iniciar os trabalhos dessa data com posicionamentos do tipo, “A população negra, no seu conjunto histórico, não foi escrava. Apenas uma parcela em um período histórico determinado foi injustamente e criminosamente escravizada no Brasil e na Américas”. Sabemos que esse tipo de declaração implica em várias contestações, muitas delas de formação ideológica. Um número significativo de historiadores alega que o sistema não era criminoso porque eram as leis da época. Essa alegação surge da desinformação, visto que as Nações Unidas na carta de 1978 declarou que o escravismo em qualquer forma é um crime imprescritível contra a humanidade. Esses entendimentos partem daqueles que não raciocinam em termo das causas humanitárias, porque todos os regimes políticos criminosos foram posteriormente responsabilizados e condenados. O exemplo mais recente é quanto ao extermínio de judeus pelo estado nazista em 1945.

Ilustro esse episódio terceiro apresentando a história de NZINGA, a Rainha Ginga de Angola, líder da resistência africana no enfrentamento à dominação europeia na África (SANTOS, 2020). No século 15, na região de Angola e do Congo figuravam importantes reinos devido a riqueza comercial da região (PARREIRA, 1997). Entres esses reinos estava o do Ndongo e do Congo. O rei do Congo era imperialista sobre a região e tentava a submissão dos reinos vizinhos do Ndongo, Kassanje, Dembos, Kissama e da Matamba. Naquela mesma época os europeus realizavam comércio com a região, compravam tecidos, marfim e cobre. Depois é que se puseram a caçar

e escravizar africanos. Das relações comerciais os europeus mudaram, construíram fortalezas e procederam invasões de dominação e se aliaram ao reino do Congo que se converteu em reino cristão. A rainha Nzinga sucedeu seu pai no trono e realizou um processo de resistência às invasões europeias se tornando um pesadelo para os portugueses. Nzinga estabeleceu uma guerra utilizando-se de estratégia de guerrilha, a qual produziu os primeiros quilombos. As Congadas Brasileiras são memórias das lutas entre o Ndongo, Matamba e o reino do Congo, contra a invasão europeia na região. A rainha Nzinga faleceu com 82 anos em 1663. Em muitas cidades de Angola existem monumentos em homenagem a ela como marco das lutas contra a dominação e o escravismo. Fato que demonstra que no continente africano houve lutas das populações negra contra o escravismo nas Américas.

Muitos foram os exemplos, e ocorreram de diversas formas, que marcaram a resistência do povo africano quanto à escravização no Brasil. Entre essas formas a mais evidente foram os quilombos, que abrigavam pessoas que eram escravizadas nas fazendas e cidades e se rebelavam e promoviam queimas das fazendas e fugas em todas as partes do Brasil. Essas resistências produziram constantes quilombos que ainda existem e resistem até os dias de hoje. Os quilombos são os maiores demarcadores da resistência e da luta contra a escravização.

Alguns quilombos abrigaram milhares de moradores e tinham uma estrutura de Estado dentro do território dominado pelos portugueses. Palmares em Alagoas que existiu entre 1620 a 1710, liderado por Ganga Zuma e depois por Zumbi; Também o Quilombo de Quariterê, que existiu de 1730 a 1795 no estado do

Mato Grosso, liderado pela rainha Tereza de Benguela, esses além do Quilombo do negro Cosme Bento das Chagas, participante da revolução Balaiada, localizado no Maranhão abrigou negros entre 1831 e 1841, são exemplos de formação de governos de populações negras no Brasil dentro de grandes quilombos.

Forca e pelourinho foram dois instrumentos de tortura e punição que aterrorizavam as populações escravizadas em todo Brasil. Nossa história não narra os fatos reais com detalhes, mas em todas as cidades brasileiras do passado, até o início da República, possuíam a praça da forca e do pelourinho. Locais onde milhares de negros e negros foram enforcados e espancados por se rebelarem de diversas formas contra o escravismo criminoso, o que demonstra que de forma nenhuma a população negra aceitou o escravismo.

São também equivocados os raciocínios que dizem que a população aceitou o escravismo porque já estavam acostumados desde a África. Mesmo que o sistema existisse antes ninguém se acostuma e aceita um tratamento da natureza do escravismo. Esse é um erro que precisa ser corrigido, como que as populações negras aceitaram o escravismo se foram trazidas para o Brasil acorrentadas? Esses entendimentos fazem parte dos raciocínios absurdos que por vezes encontramos entre alguns profissionais da educação brasileira. Outro grande absurdo são as afirmações de que o escravismo foi bom para o negro em razão de que nos retirou do atraso africano e nos trouxe para a civilização. São incoerências divulgadas que muito contribuem para profunda ignorância sobre a história real da população negra e infelizmente concorre para que encontremos educadores com precária

formação sobre esse relevante quesito histórico.

Faz-se necessário julgar as inconsistentes fontes de informações sobre o sistema escravista e sobre a situação vivida pela população negra. Uma das fontes que contém grandes erros de formação é proveniente do livro Casa Grande se Senzala, outra são os livros infantis de Monteiro Lobato. O primeiro, utilizado em muitas das formações referentes às ciências humanas no Brasil, consiste em um livro ideológico concebido no sentido de justificar o escravismo considerando a população africana atrasada em relação à europeia. São muitos os erros e absurdos encontrados na referida obra, muitas das afirmações são hipóteses sem menor possibilidade de confirmação. Não sabemos como eram tratados os escravizados que viviam na casa grande, existem apenas suposições. O livro apresenta extensa bibliografia sendo que não figura nenhuma fonte histórica credível sobre a história africana. Se examinarmos detalhadamente podemos deduzir que o autor era totalmente analfabeto em relação à história africana e mais ainda sobre os africanos no Brasil (CUNHA JUNIOR, 2013). Embora seja considerado um grande intelectual brasileiro, ele prestou um desserviço imenso à população negra brasileira. Sobre os contos infantis de Monteiro Lobato também são diversas as análises e as críticas sobre a imagem dos personagens negros das histórias, conforme Reginaldo, (2019). Todos são de caráter estereotipados e racistas sobre a população negra.

#### **Quarto episódio: os longos percursos para o dia 13 de maio, os mais longos ainda depois**

O episódio quarto dessa história começa combatendo a ideia de que a história muda em apenas um dia ou somente

com uma data e um documento. O dia 13 de maio é a consagração de uma longa luta, mais que secular da população negra pela abolição do escravismo no Brasil. Entretanto as suas consequências já se processam fortemente por pelo menos um século. A extinção de um sistema não é feito apenas por um decreto necessitaria de políticas públicas de suporte, políticas que foram propostas pelo advogado negro Luiz Gama muitos anos antes da abolição e que a classe de proprietários se negou a aceitar. Seriam medidas de compensação, de reparação pelos trabalhos realizados e não recebidos. Essa é uma dívida social que os grandes fazendeiros não pagaram e dela resultam as principais desigualdades sociais existente no país, a desigualdade entre a população negra e branca na escala social. E as medidas propostas eram simples, tais como repartir como indenização uma parte das terras cultivadas com a população de trabalhadores para eles continuarem as suas vidas. O país não conseguiu fazer reforma agrária e hoje os alimentos são poucos e caros, a maioria da população vive em cidades e a produção nas áreas rurais é insuficiente.

Nos demais países da Américas latinas que foram colônia da Espanha, França e Inglaterra que também implantaram sistemas de escravismo criminoso, as lutas pela independência foram também pela abolição do escravismo. Assim, na maioria dos países as independências nacionais ocorreram com a emancipação dos escravizados, as abolições fizeram par com as independências. As independências com relação a Espanha e as abolições nas Américas latina ocorreram entre 1810, com a independência da Colômbia e terminaram em 1828 com o Uruguai; e todos os países adotaram como forma de governo a República. No Brasil a

independência foi em 1822 e a abolição demorou sessenta e seis anos, sendo que o regime de governo foi a conservadora monarquia. A monarquia garantias a continuidade do escravismo criminoso, nesse período as tropas militares do exército nacional eram utilizadas para destruir quilombos e conter as revoluções de escravizados.

Vários foram os movimentos da população negra em busca da abolição. As instituições negras durante os períodos de colônia e império foram as Irmandades do Rosário dos Pretos e alguns movimentos de trabalhadores e mestres de ofícios. Estes grupos reuniam dinheiro para compra de alforria de seus membros. Muitas instituições negras também realizaram a educação escolar dos seus integrantes, daí a explicação para a existência vários intelectuais, escritores e artistas negros de grande prestígio nacional. Além das populações negras a sociedade em geral também promoveu movimentos pela abolição.

Devido uma parcela da população negra que já estar livre, em razão do número elevado de fugas, da formação de quilombos e de grupos rebeldes que havia em várias partes do país, contrários ao escravismo criminoso, a abolição já estava desenhada na sociedade brasileira muito antes dela ocorrer. A historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo, no Livro “Onda negra medo branco” caracteriza bem o clima de rebeliões e medo da população branca que aconteceu no interior do estado de São Paulo antes da abolição. As elites e a população branca de classe média tinham muito medo de uma rebelião total da população negra porque assim já havia ocorrido na Revolução do Haiti em (1791-1804) (JAMES, 1989). Os escravizados fizeram a independência e a abolição no Haiti, nas quais a população de escravizadores foi

massacrada e sobre o exército Francês que comandava o país, todos os oficiais foram enforcados.

Em 1870, com o fim da Guerra do Paraguai estabeleceu-se um dos fatores mais decisivo para a proclamação da abolição do escravismo criminoso no Brasil que será explicado a seguir. A guerra do Paraguai é dos movimentos políticos difíceis de entender. O Paraguai era um país bastante desenvolvido e industrializado com relação ao Brasil. Em 1864 o Paraguai ocupou terras brasileiras no Mato Grosso, fato que desencadeia a guerra. As três nações Brasil, Argentina e Uruguai lutaram contra o Paraguai, aniquilaram o país e mataram a população adulta (CHIAVENATO, 1988). O Brasil, quando essa guerra começou não possuía exército treinado para confronto militar entre nações; o nosso exército servia para destruir quilombos e manter a ordem interna em nome do imperador D. Pedro II. O Brasil então formou um exército composto por negros escravizados e outras pessoas, a maioria levados à força para a guerra. Quando a guerra terminou os escravizados que lutaram pelo Brasil estavam livres e armados, muitos tinham patentes militares de alta categoria. Depois da guerra o exército brasileiro decidiu que não teria mais um exército para perseguir os escravizados e nem acabar como os quilombos. Assim a repressão aos quilombos não era mais função do exército e se abria uma possibilidade da expansão dessas comunidades. Observem que a abolição ocorre apenas 18 anos após o fim da guerra do Paraguai.

A abolição e seus fatores internos não foi um tema que atraiu os historiadores brasileiros, pois eles estiveram sempre preocupados com os fatores externos como a necessidade da criação de um

mercado de consumo para desenvolvimento do capital industrial ou mesmo dos interesses da Inglaterra no término do tráfico de seres humanos para o escravismo no Brasil. O fato é que protagonismo do povo brasileiro e da luta pela abolição foi sempre visto como secundário e de pouca importância; trata-se, portanto, de um tema que precisa ser revisto.

Também não foi e nem é tratado, como deveria e deve ser pelos historiadores o que ocorreu e ainda ocorre no pós-abolição. Certamente, a lei demorou para ser implantada e obedecida em todo território brasileiro. Muita gente ficou ainda escravizada por um longo período e nem soube da abolição e mesmo sabendo não tinha como obter esse direito.

Também não foi o fato de a abolição ter sido proclamada que levou os fazendeiros a pagarem salários ou por ter diminuído a produção, o que ocorreu é que os trabalhadores passaram a trabalhar a meia, sem receber salários, recebiam apenas parte da produção pelo trabalho efetuado. Os trabalhadores ficavam devendo ao do dono da fazenda tudo que consumiam e quando iam fazer as contas não tinham quase nada ou nada a receber. As condições de vida nas áreas rurais não mudaram com a abolição porque os trabalhadores não ficaram proprietários e nem recebiam salários e muito menos condições de trabalho. O resultado é que o país permaneceu atrasado, sem mudança significativa que modernizasse as relações sociais e as de produção ou seja, a abolição foi uma vitória incompleta e sem efetivos direitos sociais.

### **Quinto episódio: liberdade e república, as ilusões da democracia.**

O período que sucede a abolição do escravismo criminoso no Brasil é descrito como da sociedade do trabalho livre e da democracia republicana, alusões que não se configuram em realidade especificamente para a população negra e precisam ser melhor estudadas para compreensão da situação da população negra no período do pós-abolição. A longa e difícil trajetória a partir do dia 13 de maio de 1888, já atravessa mais de um século e é uma história de sofrimento da população negra e a sociedade brasileira de um modo geral ignora tal situação.

Quando pensamos a relação política entre a Monarquia e a República enfocamos em termos de ideias, imaginamos que a República foi mais democrática que o Império porque existiram as eleições de presidentes e a representação da vontade popular que não havia no império. Porém, considerando a situação da República no Brasil não foi isto que ocorreu, principalmente na denominada República Velha que foi tão conservadora quanto o império. A República, de 1889 até 1930, instalou um regime de governos denominados coronéis, que eram grandes proprietários de terra que tinham adquirido bens durante o antigo Império. Nos governos republicanos predominaram os interesses econômicos dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, definidos como a política do café com leite, alternando presidentes de São Paulo e de Minas Gerais, praticando políticas que determinaram o subdesenvolvimento do nordeste em relação ao sudeste.

A República foi fortemente racista, dando preferência e privilégios aos trabalhadores imigrantes brancos e asiáticos em relação aos africanos e

caribenhos negros. Desde o início do império formou-se uma mentalidade nacional que o atraso econômico brasileiro era devido a “raça da população”, formada por indígenas, africanos e mestiços. Era denominado com mal da raça e que para atingir o progresso seria necessário melhorar a raça branqueando o país. Ainda durante os Impérios, comissões foram formadas para determinar o imigrante ideal para colonizar o Brasil, o modelo escolhido recaiu sobre o colono alemão. A imigração alemã no Sul do Brasil começou logo cedo no Império, em 1824, quando os primeiros grupos de imigrantes da Alemanha foram se fixar no Rio Grande do Sul. Para o estado do Rio de Janeiro a primeira leva de 200 famílias foram levadas para Petrópolis em 29 de junho de 1845 (SILVA, 2018). Dia de São Pedro Apóstolo que ficou marcado como o Dia da Colonização Alemã no Estado do Rio de Janeiro. Com a República foram ampliadas as políticas de imigração europeia e o estado brasileiro financiou a vinda de milhares de europeus para substituir a população negra nos postos de trabalho. A República desenvolveu uma consciência e uma política de desqualificação do trabalho da população negra, política que produziu preferências pelos trabalhadores europeus. As políticas imigratórias foram de cotas para afirmação da vinda dos imigrantes, em sua maioria analfabetos e que viviam na miséria em seus países de origem. Foram políticas contrárias aos interesses da população negra, baseadas em conceitos racistas.

A República costuma ser pensada pelos historiadores brasileiros como um período de liberdades políticas e de representação democrática. Porém o voto na primeira República era reduzido a uma minoria de brasileiros, as mulheres não votavam, somente em

1934 conquistaram esse direito; também não votavam os analfabetos, nem os imigrantes. A taxa de analfabetismo de 1920 era de 70% da população, portanto subtraída as mulheres apenas 15% da população tinha o direito ao voto nas eleições. Os governos republicanos perseguiram, prenderam e mataram grande parte das oposições políticas, impedindo a liberdade de expressão e permanecendo a dificuldade de organizações de defesa das trabalhadoras e trabalhadores negros. Os pontos de trabalho assalariados foram ocupados em sua maioria por trabalhadores brancos, em detrimento dos negros, mesmo que possuíssem a mesma qualificação profissional.

Outro dado importante é que em vários estados houve políticas de alfabetização dos europeus em suas línguas maternas até 1942, o que não ocorreu com as populações negras. Nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná eram numerosas as escolas alemãs e italianas. O Estado de São Paulo, nas décadas de 1930 e 1940, desenvolveu ampla política de educação nas fazendas de japoneses. Todavia, nunca houve nenhuma política semelhante para as comunidades de quilombos, e nem mesmo o reconhecimento do direito à propriedade para essas comunidades.

Podemos concluir que a República não representou para população negra a liberdade e muito menos a democracia com era de se esperar, o sistema republicano reforçou as políticas racistas do Império. Depreende-se que durante a primeira República, de 1889 até 1930, as desigualdades sociais sobre a população cresceram e não foram reduzidas em relação ao período do escravismo criminoso. Esse é um importante episódio para compreendermos o atraso econômico e social da população negra com relação à

população branca, relacionado com as ocorrências de períodos posteriores ao 13 de maio de 1888.

### **Sexto episódio: reações ao racismo antinegro**

Uma das mais importantes marcas do século XX foram as explosões das diversas formas de racismo contra várias populações no mundo. O que os europeus implantaram para dominar outros continentes que era a distinção e o genocídio entre as denominadas raças humanas explodiu de forma considerável dentro da própria Europa, os germânicos se elegeram como raça superior em relação aos demais europeus. Os racismos tomaram diversas formas como, perseguições religiosas, guerra entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte (COAKLEY, 2012), ou contra populações específicas como foi o caso dos judeus em várias partes do mundo. Em face da crise europeia foram criados organismos internacionais e formas de combater as diversas expressões do racismo tais como o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas e ou a Convenção da Organização Internacional do Trabalho e a Convenção nº 169 da OIT que refere-se aos direitos de povos indígenas e tribais com enfoque no combate ao racismo.

Definir o racismo apenas como ódio entre as raças é uma fórmula muito restrita, pois nem sempre o racismo se expressa através de ódio, muitas vezes ocorre através de exclusões ou abusos dos estados sobre uma parcela da população. Também apareceram com formas de segregação espacial nas cidades, como questões de “apartheid” em governos e como questões de restrições de direitos sociais. Termos como preconceitos e discriminações são conceitos ainda insuficientes para

caracterizar todos os prejuízos sofridos pelas populações sob a dominação de certos grupos sociais, ou seja, populações vitimadas pelo racismo. As definições sobre o racismo e o machismo cresceram e assim no Brasil o governo reconheceu em 1995 a existência de racismo contra as populações negras, que nós denominamos racismo antinegro, para especificá-lo em relação às demais formas de racismo. Discussão sobre a existência de racismo no Brasil contra a população negra que era debatida e negada desde o início do século XX em razão dos grupos dominantes da sociedade brasileira escamotear a realidade brasileira, falsificando informações históricas e sociais. Diziam que o problema do negro era o problema do pobre, sem um exame das causas sociais profundas e sem uma crítica sobre as políticas do estado brasileiro que tornaram a situação da população negra sempre mais grave.

O sentimento de abandono pelos poderes públicos, o peso das injustiças sociais e o racismo antinegro foi percebido pela população negra logo após a abolição. Como forma de reação perante a situação social, econômica, cultural e política desfavorável para a população negra é que surgiram os movimentos negros no Brasil, movimentos que adquiriram diversas maneiras de organizações. Realizavam a publicação de jornais para protestos, os quais foram denominados imprensa negra, também fundaram clubes sociais e grupos de reivindicações sociais. Preocupados com a educação da população negra os movimentos organizaram escolas e classes escolares isoladas para a instrução de um número limitado de pessoas. Grupos teatrais, artísticos e literários surgiram para dar expressão à causa da inclusão ampla da população negra na sociedade brasileira.

As organizações e lutas da população de maioria negra também aconteceram no campo, dois grandes episódios ilustram muito bem as dimensões dessas reações surgidas depois da abolição, as guerras civis de Canudos na Bahia e do Caldeirão no Ceará. Após a abolição, em Canudos no sertão da Bahia se formou uma comunidade social e religiosa que possibilitava a sobrevivência de uma população considerável de milhares de pessoas (MOURA, 2000). Essa comunidade foi considerada uma ameaça à ordem pelos fazendeiros da região. Que conseguiram mobilizar o governo republicano a destruírem a comunidade. Foi enviado o exército brasileiro em diferentes campanhas entre 1896 e 1897 para destruição de Canudos. O exército brasileiro utilizou um efetivo de 12 mil soldados na destruição de Canudos e aprisionou milhares de mulheres e crianças que foram levadas para Salvador em condições desumanas de tratamento.

A comunidade do Caldeirão, no Cariri, sul do estado do Ceará repete uma história semelhante à de Canudos e que foi silenciada na história nacional (ALMEIDA, 2011). Em 1926 foi criada uma comunidade no sertão em uma região árida e obteve grande êxito por ter vencido a seca e se tornado produtiva e conquistado uma grande população num modo de vida coletivo. Durante 10 anos a comunidade garantiu qualidade de vida a seus participantes, mas o sucesso e independência da referida comunidade incomodou os proprietários rurais da região, que com a mobilização do governo estadual e federal o destruíram impiedosamente, até mesmo a força aérea brasileira foi utilizada para lançarem bombas sobre a comunidade do Caldeirão.

Esse sexto episódio do dia 13 de maio é dedicado à reflexão e compreensão da luta da população negra no pós-abolição por dignidade, respeito e políticas públicas que fossem compensatórias ao escravismo sofrido. A população negra lutou arduamente para conquistar uma vida melhor e não contou com o suporte da população em geral nessa luta.

### **A identidade da população negra como conclusão**

Os resultados das aulas sobre população negra e principalmente das aulas sobre o dia 13 de maio é que tenham influência sobre a formação das identidades positivas dos alunos negros. A formação das identidades positivas é um passo importante para a realização pessoal e para participação em movimentos coletivos. A identidade positiva é um fator de integração e de conforto dos indivíduos na sociedade. Para os indivíduos que possuem uma identidade positiva são reduzidos os impactos das agressões racistas e são maiores os estímulos pela luta para o sucesso social. A identidade negativa é um grande desestímulo para a melhoria de vida e para procura de sucesso e estabilidade social. A identidade positiva também estimula a participação em movimentos coletivos que são necessários para o aprimoramento da democracia e redução das desigualdades sociais. A identidade positiva é um fator de coesão social, implica mais facilmente as pessoas a participarem de missões sociais e de ações com benefícios coletivos. Os movimentos sociais são formas organizadas e pacíficas de encaminhar as propostas de soluções dos problemas da sociedade. Os protestos, as reivindicações transformadas em movimentos permitem uma negociação política de forma organizada e responsável. As insatisfações e as desagregações sociais isoladas levam a

atos de marginalização social, de desinteresse, vandalismo, boicote das instituições e formas de extravasamento das insatisfações muitas vezes antissociais como alcoolismo, consumo de drogas, violência doméstica ou fanatismos religiosos.

O aprendizado da história das populações e das culturas tem como consequência a localização das pessoas na sociedade e na formação de consciências coletivas que são fatores que contribuem para a cidadania e para gestão democrática da sociedade. Tem consequências coletivas e individuais, importantes para construção de uma sociedade mais justa e pacífica. As grandes desigualdades produzem inquietações e inseguranças como as que estamos vivendo no presente, nas quais os fatores sociais coletivos não motivam a maioria da população, que permanece apática e preocupada com soluções imediatas e individuais. Portanto as histórias com narrativas negativas e descontextualizadas contribuem para a dominação de grupos sociais, mas apresentam como consequências desigualdades e desequilíbrios sociais, ou seja, grandes prejuízos para o conjunto da sociedade.

#### Referências

ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros de. *Memória e História: O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto na Narrativa histórico*. São Paulo: Dissertação de mestrado em História Social. PUC, 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco: O negro no Imaginário das elites do século XIX*. Editoria Paz e Terra, 1987.

CHIAVENATO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

COAKLEY, John. "Ethnic Conflict and the Two-State Solution: The Irish Experience of

Partition". *Mapping Frontiers, Plotting Pathways Ancillary Paper No. 3*, 2004.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. *Revista Espaço Acadêmico*. N. 213, nov. 2013, disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/21122/11906>

CUNHA JUNIOR, Henrique. *Tecnologias africanas na formação do Brasil*. 2010.

FABIAN, Johannes. *Reason and Madness in the Exploration of Central Africa*. *Out of Our Minds*. 2000.

JAMES, C.L.R. *Black Jacobins*. Editora Vintage. 1989.

MOURA, Clovis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: Da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. Editora Expressão Popular. 2000.

QUERINO, Manoel Raymundo. *Artistas Bahianos: Indicações Biográficas*. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. 1911.

QUERINO, Manuel Raymundo. *O colono preto como fator da Civilização Brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918. 37 p.

QUERINO, Manuel Raymundo. *Costumes Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

REGINALDO, Lucilene. *Obra infantil de Monteiro Lobato é tão racista quanto o autor*, afirma historiadora. *Folha de São Paulo*. 10 de fev. 2019.

RUFINO, Joel. *Culturas negras: civilização brasileira*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN/MinC, 1997. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/04%20a%2009.pdf>. Ac.

SANTOS, Marlene Pereira dos. *Tecendo africanidades quilombolas como parâmetros para educação quilombola e do campo no Ceará*. Fortaleza: Doutorado em Educação. Faculdade de Educação. UFC, 2020.

SILVA, Renata Aquino da Silva. *Afro inscrições Negras em Petrópolis - História Urbana, Memória e Territorialidade*. Fortaleza: Tese (Doutorado em Educação) – UFC, 2018.

Recebido em 2020-04-21  
Publicado em 2021-01-01